

Caderno de Prova

Código do Eixo
404

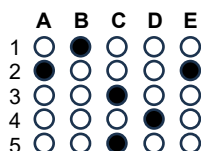
Ciências Humanas e suas Tecnologias
Sociologia

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considere o fragmento textual a seguir.

“O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora Africana.”

Fonte: GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017, p. 38.

A reflexão acima aponta para o reconhecimento de outro tipo de agente que promove educação dentro da sociedade. Nesse caso, o Movimento Negro contribuiu para implementação de novas políticas públicas de educação em forma de lei, como a Lei nº

- A) 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura do lusotropicalismo.
- B) 10.639/2003, que torna facultativo o ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.
- C) 12.711/2012, mais conhecida como a Lei de Cotas, a qual foi encerrada em 2025.
- D) 11.645/2008, que retira do currículo o ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.
- E) 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e culturas afro-brasileiras.

22. Leia o trecho que segue.

“Ainda estou aqui” retrata a trajetória de vida da advogada e ativista Eunice Paiva (1929-2018), que teve o marido, o ex-deputado Rubens Paiva (1929-1971), sequestrado e assassinado pela ditadura militar brasileira (1964-1985). Após saber que o marido foi morto pela repressão, Eunice iniciou uma incansável luta por justiça. Ela queria saber onde estava o seu marido e como ele havia sido morto. Essa luta, e algumas outras, fizeram dela uma liderança no campo dos direitos humanos.”

Disponível: <https://www.cafehistoria.com.br/ainda-estou-aqui-historia-real/>. Acesso em: 21/09/2025

O período retratado pelo filme “Ainda estou aqui” representou a supressão de direitos e a suspensão da democracia. Tal situação histórica foi somente revertida com a Constituição de 1988 e o processo das Diretas Já, os quais se estabeleceram enquanto marcos da redemocratização no Brasil e também de um certo tipo de cidadania denominada

- A) Ativa.
- B) Parcial.
- C) Regulada.
- D) Tutelada.
- E) Clientelista.

23. O Nome Social, regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 8.727/2016, foi uma importante conquista dos Movimentos Sociais LGBTTIAPN+, em especial, das pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Essa conquista visa a garantia de

- A) filantropia.
- B) reconhecimento.
- C) assistencialismo.
- D) exclusão social.
- E) assimilação.

24. Leia o trecho a seguir.

“Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares.”

Fonte: Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 2020. p. 143

O conceito de tripla discriminação, desenvolvido por Lélia Gonzalez, pode ser associado a outro importante conceito desenvolvido por feministas negras estadunidenses, como Patricia Hill Collins e Kimberle Creenshaw, denominado

- A) heterarquia.
- B) patriarcado.
- C) interseccionalidade.
- D) feminismo decolonial.
- E) colonialidade do poder.

25. Karl Marx compreende que é através do trabalho que o indivíduo produz e cria os meios necessários para sua sobrevivência, originando relações de produção. Para Émile Durkheim, o trabalho na modernidade é gerador da solidariedade orgânica, em que cada indivíduo possui uma função social especializada e complementar ao outro, promovendo uma interdependência entre os sujeitos. Diante dessas afirmações, esses dois sociólogos clássicos compreendem a ideia de trabalho, respectivamente, como

- A) produção social e dominação.
- B) burocracia e dominação.
- C) dominação e laços sociais.
- D) transformação social e integração social.
- E) transformação social e anomia Social.

26. Segundo Bourdieu e Passeron, “toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”.

Essa passagem aponta que a ação pedagógica está vinculada a um arbitrário cultural que se refere à reprodução social

- A) da classe dominada.
- B) da classe dominante.
- C) de uma cultura popular.
- D) da classe média.
- E) de classes subalternas.

27. O fragmento a seguir serve de base para responder à questão.

“Para compreendermos as características singulares do Ensino de Sociologia no Brasil duas questões devemos considerar: o reconhecimento da intermitência desta ciência no currículo escolar, aspecto que já foi apontado por autores como Santos (2004), Silva (2010) e Moraes (2011). e o fato de ser uma tradição cujas raízes encontram-se na realidade escolar, antecedendo a existência de cursos voltados para a formação específica de cientistas sociais.”

Fonte: Oliveira, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, 35(2), 2013, p. 180.

O fragmento evidencia que o ensino de Sociologia, na educação básica, é caracterizado por sua intermitência no currículo escolar. Nessa perspectiva, é correto afirmar que, em 2008, a Sociologia torna-se

- A) obrigatória nos três anos do ensino médio; porém, em 2017, com o Novo Ensino Médio, é colocada de forma facultativa até os dias atuais.
- B) facultativa nos três anos do ensino médio, tornando-se obrigatória no ano de 2024.
- C) obrigatória nos três anos do ensino médio; porém, em 2017, com o Novo Ensino Médio, é colocada de forma facultativa e retorna à obrigatoriedade em 2024.
- D) obrigatória nos três anos do ensino médio; porém, em 2017, com o Novo Ensino Médio, seus conteúdos são excluídos do currículo escolar.
- E) facultativa nos três anos do ensino médio; porém, em 2017, com o Novo Ensino Médio, há a sua retomada ao currículo, com retorno, apenas, para o segundo ano em 2024.

28. Considere o trecho que segue.

“Classe, raça, gênero, diversidade sexual, religiosidades, idades, entre outros são constituintes da realidade social e pedagógica na qual toda e qualquer prática educativa é realizada. Educar, como sabemos, é mais do que ensinar e aprender e do que dominar metodologias. Consiste em um campo denso e, para que aconteça de forma emancipatória, precisa realizar-se articuladamente à justiça social. Isso vale tanto para as práticas quanto para as políticas educacionais da educação básica e do ensino superior.”

Fonte: GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, 2023, p. 44.

Nesse sentido, a Sociologia, no contexto escolar, pode contribuir para uma educação pautada

- A) na reprodução das desigualdades sociais e no respeito à cultura nacional.
- B) na promoção da justiça social e de um pensamento neutro.
- C) na construção do pensamento acrítico e na igualdade social.
- D) no respeito às diferenças e na promoção da diversidade.
- E) na manutenção de hierarquias sociais e na promoção da diversidade.

29. Leia o fragmento que segue.

“Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades, organizações e povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos e interesses coletivos. O líder indígena Daniel Munduruku costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer ÍNDIOS EM MOVIMENTO. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve seu movimento de luta em defesa de seus direitos. Mas as lideranças indígenas brasileiras, de forma sábia, gostam de afirmar que existe sim um movimento indígena, aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas, na perspectiva de uma luta articulada em níveis locais, regionais, nacional e internacional em torno dos direitos e interesses comuns, frente a outros segmentos e interesses nacionais e regionais. É importante dissociar a existência de movimento indígena nacional da existência de uma organização indígena nacional.”

Fonte: BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil. **Tellus**, ano 7, n. 12, abr. 2014. p. 128

Diante dessa perspectiva sobre o Movimento Indígena, a noção de identidades coletivas se refere a um grupo social

- A) homogêneo, baseado em uma diversidade de culturas, que se coloca contra as práticas predatórias à natureza e a busca da demarcação de suas terras.
- B) heterogêneo, baseado em uma única cultura e centrado na defesa das florestas.
- C) heterogêneo, baseado em uma diversidade de culturas, mas centrado na defesa da gentrificação.
- D) heterogêneo, baseado em uma diversidade de culturas, que se coloca contra as práticas predatórias à natureza e a busca da demarcação de suas terras.
- E) homogêneo, baseado em uma única cultura e contra a demarcação de terras.

30. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“O dia 28 de maio se tornou uma data lembrada com dor por milhares de pessoas em Pernambuco. Em 2022, esse Estado enfrentou o seu maior desastre ambiental por causa das fortes chuvas. Dois anos após a tragédia, que deixou 133 mortos, 2.099 pessoas ainda não conseguiram voltar para casa e recebem auxílio-moradia, segundo levantamento da TV Globo, feito com as prefeituras das cidades atingidas. As mortes aconteceram entre os dias 25 de maio e 7 de junho de 2022. A maior parte das pessoas que morreram moravam no Grande Recife, próximo a áreas de barreiras. Em todo o estado, a cidade mais afetada foi Jaboatão dos Guararapes, com 64 mortos. A comunidade de Jardim Monte Verde foi a que mais registrou mortes: mais de 20 pessoas morreram, 17 na mesma rua. Ao todo, o desastre afetou mais de 120 mil pessoas no estado. Entre deslizamentos de barreiras, enchentes, casas levadas pela lama e bens arrastados pela água, famílias guardam o trauma e ainda tentam reconstruir tudo o que foi perdido.”

Disponível:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/05/28/dois-anos-apos-tragedia-das-chuvas-com-133-mortos-mais-de-2-mil-pessoas-ainda-nao-voltaram-para-casa.ghtml>. Acesso em: 21/09/2025

Diante do cenário exposto no texto, a Sociologia possibilita refletir sobre

- A) memória, diversidade e crise climática.
- B) memória, conflitos sociais e conhecimento científico.
- C) crise climática, democracia e lazer.
- D) crise climática, desigualdade social e urbanização.
- E) trabalho, desigualdade social e crise climática.

31. Leia a poesia de Nego Bispo.

Nós extraímos os frutos nas árvores...
Eles expropriam as árvores dos frutos!
Nós extraímos os animais na mata...
Eles expropriam a mata dos animais!
Nós extraímos os peixes nos rios...
Eles expropriam os rios dos peixes!
Nós extraímos a brisa no vento...
Eles expropriam o vento da brisa!
Nós extraímos o calor no fogo...
Eles expropriam o fogo do calor!
Nós extraímos a vida na terra...
Eles expropriam a terra da vida!

Fonte: SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

Inferre-se que o intelectual quilombola Nego Bispo, por meio de sua reflexão contracolonial, trata de criticar

- A) capitalismo e movimentos indígenas.
- B) neoliberalismo e movimentos feministas.
- C) capitalismo e natureza.
- D) neoliberalismo e oralidade.
- E) capitalismo e colonização.

32. Leia o recorte textual que segue.

O novo Atlas da Mobilidade Social, lançado pelo Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), mostra que apenas 14% dos homens brancos nascidos em famílias de baixa renda conseguem ascender socialmente. No caso de negros e mulheres, esse percentual é ainda menor. Os dados foram publicados em reportagem do jornal O Globo.

A pesquisa mostra que a mobilidade social no Brasil é baixa e concentrada na base da pirâmide. O estudo mostra o seguinte:

Menos da metade (49%) das pessoas nascidas entre 1983 e 1990 têm, na vida adulta, uma situação financeira melhor do que a dos pais; e

Somente 10,8% daqueles oriundos dos 50% mais pobres atingiram o grupo dos 25% mais ricos.

Disponível: <https://iclnoticias.com.br/economia/mobilidade-social-excecao-no-brasil/>. Acesso em: 21/09/2025

Diante da afirmação de que a mobilidade social no Brasil é baixa e concentrada na base da pirâmide, a política pública, caracterizada por suas condicionalidades às famílias beneficiárias, que tem impactado de forma positiva nessa mobilidade social brasileira, é:

- A) Salário Mínimo Real.
- B) Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- C) Seguro-desemprego.
- D) Auxílio Emergencial.
- E) Bolsa Família.

33. Reflita sobre o fragmento textual a seguir.

“A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração no trabalho.

Como pude desenvolver na obra *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, contra a rigidez taylorista e fordista vigente nas fábricas da ‘era do automóvel’ durante o longo século XX, nas últimas décadas, as empresas ‘liofilizadas e flexíveis’, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob o comando dos capitais, em particular o financeiro, vêm impondo sua trípole destrutiva do trabalho.

[...]

Outro exemplo encontramos na Uber: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis arcam com as despesas de seguros, gastos de manutenção com seu carro, alimentação, limpeza, etc., enquanto o ‘aplicativo’ se apropria do mais-valor gerado pelo sobretrabalho dos motoristas, sem nenhuma regulação social.”

Fonte: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11 e 12

Com base no exposto, infere-se que o trabalho de plataforma como a uberização trouxe consigo a imposição das relações trabalhistas, destacando-se, entre outras

- A) terceirização, informalidade, flexibilidade e intermitência.
- B) terceirização, intermitência, informalidade e linha de montagem.
- C) formalidade, flexibilidade, linha de montagem e intermitência.
- D) formalidade, intermitência, flexibilidade e produção just in time.
- E) terceirização, produção just in time, inflexibilidade e linha de montagem.

34. Leia o texto que segue.

A pesca artesanal é uma atividade realizada inicialmente por comunidades indígenas, seguidas por quilombolas, jangadeiros, entre outras comunidades que retiram total/parte do seu sustento dos rios e mares (DIEGUES, 2000), além dos manguezais e gamboas. [...] Atualmente, pode ser classificada como uma forma não assalariada e não capitalista de realizar uma atividade, onde seus costumes e práticas são passados por meio da oralidade. Dessa forma, os filhos adquirem o legado da pesca pelos pais, adaptando-o quando necessário.

Como exemplo [...], tem-se a comunidade da Ilha de Deus na cidade do Recife, Pernambuco. O local é um exemplo de resistência em área urbana, lutando diariamente contra o racismo ambiental afetando famílias de pescadores.

[...]

A Ilha está situada em uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), que configuram áreas com problemas relacionados ao uso e ocupação do solo, servindo como base para a construção de planos urbanísticos que possam intermediar os conflitos, sendo instituída a partir da Lei 9.785/99, que regulamenta a Lei de Parcelamento do Solo (6.766/79). O local também faz parte do Parque Natural Municipal Josué de Castro, conhecido como Parque dos Manguezais, uma Área Protegida de domínio da Marinha do Brasil, fonte de diversos conflitos com a comunidade pesqueira.

Fonte: RODRIGUES. Racismo Ambiental e a Pesca Artesanal: o caso da Ilha de Deus, Pernambuco. **Guaju: Revista Brasileira De Desenvolvimento Territorial Sustentável**, 4(2) p. 132-133, jul./dez. 2018

Com base nas ideias do texto, depreende-se que o racismo ambiental está diretamente relacionado

- A) à permanência e/ou melhoramento de territórios pertencentes a grupos sociais vulneráveis, em especial populações tradicionais.
- B) ao processo de gentrificação das grandes cidades, possibilitando melhorias a grupos sociais vulneráveis.
- C) à expulsão e/ou destruição de territórios pertencentes a grupos abastados.
- D) ao processo de gentrificação de territórios que não atinge grupos sociais vulneráveis.
- E) à expulsão e/ou destruição de territórios pertencentes a grupos sociais vulneráveis, em especial populações tradicionais.

35. O positivismo e o darwinismo social foram mobilizados, no século XIX, para justificar hierarquias entre povos, etnias e “raças”. No entanto, já naquele período, surgiram críticas contundentes a esse uso ideológico da ciência, destacando a necessidade de métodos comparativos que recusassem explicações biológicas para desigualdades sociais. Essas críticas evidenciam que
- A) o positivismo não é um método das Ciências Sociais.
 - B) o darwinismo social não aplicou a seleção natural para as diferenças humanas.
 - C) as hierarquias étnico-raciais são vistas como naturais pelas Ciências Sociais.
 - D) as desigualdades raciais derivam de adaptação biológica.
 - E) as hierarquias étnico-raciais são construções sociais e políticas.
36. Em 2023, o Brasil registrou 45.747 homicídios (taxa de 21,2 por 100 mil habitantes), o menor nível em 11 anos (IPEA; FBSP, 2025). O Mapa da Segurança Pública organiza os principais indicadores nacionais e contribui para o monitoramento de tendências (Brasil. MJSP; SINESP, 2024). Considerando a perspectiva sociológica de Durkheim, o crime deve ser compreendido como
- A) desvio patológico e excepcional, que representa a ruptura do funcionamento adequado da vida em sociedade.
 - B) problema moral restrito ao indivíduo, sem qualquer dimensão social que permita interpretação coletiva ou funcional
 - C) fenômeno normal e recorrente nas sociedades, que cumpre funções sociais ligadas à coesão e ao equilíbrio coletivo.
 - D) fato impossível de ser analisado sociologicamente, pois depende, exclusivamente, da legislação vigente em cada contexto.
 - E) acontecimento restrito às sociedades complexas, inexistente em grupos sociais mais simples ou de menor organização.
37. A UNESCO lançou, em 2025, no Brasil, um importante documento orientador: o “Marco referencial de competências em IA para professores”. Esse documento define os conhecimentos, as habilidades e os valores que os professores devem dominar na era da IA. Desenvolvida com princípios de proteção dos direitos dos professores, aprimoramento da autonomia humana e promoção da sustentabilidade, a publicação descreve 15 competências em cinco dimensões: mentalidade centrada no ser humano, ética da IA, fundamentos e aplicações de IA, pedagogia de IA e IA para o desenvolvimento profissional.

Diante desse marco, as Ciências Sociais podem contribuir para a reflexão sobre o uso de IAs para o ensino-aprendizagem,

- A) refletindo de forma crítica sobre as implicações da IA, visto que são ferramentas neutras e imparciais que auxiliam no fazer ciência.
- B) recomendando evitar o uso dessa ferramenta, em decorrência de seu caráter reprodutor do capitalismo, não contribuindo para o fazer ciência.
- C) recomendando evitar o uso dessa ferramenta, tendo em vista a ausência de valor pedagógico e ético, não contribuindo para o fazer ciência.
- D) refletindo de forma crítica sobre as implicações da IA, pautando-se em posturas éticas e pedagógicas para uma ferramenta que auxilia no fazer ciência.
- E) refletindo de forma crítica sobre as implicações da IA, visto que essa ferramenta é capaz de produzir ciência sem a intermediação humana e das relações sociais.

38. Leia o fragmento a seguir

“A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.”

Fonte: HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D&PA, 2006, p.49-50.

Diante dessa reflexão, é correto afirmar que a cultura nacional, balizada por padrões, generalizações e homogeneidades, passou a ser questionada pela perspectiva antropológica

- A) da igualdade.
 - B) da cognoscibilidade.
 - C) da alteridade.
 - D) do etnocentrismo .
 - E) do universalismo.
39. Para Bourdieu, a escola reproduz desigualdades pela transmissão de capital cultural e pela legitimação de disposições (*habitus*). Para o autor, a educação
- A) tende a reproduzir desigualdades ao consagrar os capitais culturais das classes dominantes e legitimar suas formas de poder simbólico.
 - B) deve ser entendida como neutra, funcionando de maneira igualitária e garantindo oportunidades idênticas para todos os estudantes.
 - C) corresponde unicamente à transmissão biológica de saberes, sem qualquer influência das relações sociais ou das práticas culturais.
 - D) promove a eliminação automática das diferenças sociais, assegurando que a escola seja um espaço de completa equidade.
 - E) ocorre de forma independente das relações de poder, não estando vinculada a disputas simbólicas ou desigualdades estruturais.

40. Leia a reflexão crítica a seguir.

“Um exame superficial em nossos programas de curso revela concepções muito pouco realistas da história da disciplina, sugerindo a nossos estudantes que a sociologia emergiu como mero produto da genialidade de uns poucos indivíduos (todos homens brancos) que souberam aproveitar as condições fornecidas pelas revoluções que caracterizaram a modernidade europeia. Como consequência, a formação em sociologia tem se baseado em currículos que deixam explícita uma relação com a teoria profundamente atrelada ao estudo dos clássicos (...). O que frequentemente fica de fora de nossos currículos é a dimensão antagônica e excludente de nossa constituição disciplinar, algo que vem sendo questionado nas últimas décadas, sobretudo, a partir de perspectivas feministas e decoloniais”.

Fonte: Hamlin, C. L., Weiss, R. A., & Brito, S. M.. (2022). Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias*, 24(61), p. 28

Com base nessa reflexão, os estudos feministas na Sociologia vem recuperando destacadas pensadoras clássicas, do século XIX e da primeira metade do século XX, que contribuíram para uma Teoria Sociológica ampliada e diversa. Dentre essas intelectuais, o acesso à educação e à escolarização para mulheres é central para o processo de emancipação feminina, destacando-se:

- A) Harriet Martineau, Flora Tristán e Anna Julia Cooper.
- B) Angela Davis, Flora Tristán e Marianne Weber.
- C) Anna Julia Cooper, Marianne Weber e Judith Butler.
- D) Marianne Weber, Simone de Beauvoir e Harriet Martineau.
- E) Flora Tristán, Angela Davis e Judith Butler.

41. A Constituição de 1988 consagra o princípio da laicidade, estabelecendo a separação entre Estado e instituições religiosas e garantindo a liberdade de crença no Brasil. A sociologia da religião utiliza esse marco para compreender como diferentes grupos disputam direitos, influenciam políticas públicas e convivem em sociedades plurais. Nessa perspectiva, conclui-se que

- A) o reconhecimento de uma religião oficial deve orientar a formulação das políticas públicas, definindo os rumos da sociedade de acordo com seus princípios.
- B) a prática dos cultos religiosos deve ocorrer somente mediante autorização estatal, que regula onde e como esses cultos podem acontecer.
- C) o Estado não pode privilegiar ou discriminar religiões e deve assegurar a liberdade de culto a todos os cidadãos.
- D) às religiões majoritárias é assegurada a liberdade de expressão e de prática, em detrimento dos direitos das minorias religiosas.
- E) o Estado pode intervir diretamente no conteúdo doutrinário das religiões, modificando práticas e crenças.

42. Karl Marx analisou o fetichismo das mercadorias como ocultamento das relações sociais de produção. Pierre Bourdieu evidenciou que gostos e práticas de consumo funcionam como formas de distinção associadas a capitais culturais e simbólicos. Em conjunto, essas perspectivas mostram que as escolhas de consumo não são meramente individuais, mas ligadas a classes e posições sociais. Nessa perspectiva,

- A) a mercadoria é expressa por sua utilidade objetiva, sem vínculo com valores sociais, distinções culturais ou hierarquias simbólicas.
- B) o consumo ocorre de forma independente de classe social e capitais, não estando relacionado a diferenças estruturais ou de status.
- C) as preferências de consumo são explicadas como decisões individuais, sem influência do contexto social ou cultural.
- D) a sociologia não possui instrumentos capazes de explicar distinções, tratando o consumo apenas como um ato econômico privado.
- E) o consumo reproduz desigualdades mesmo quando aparece como escolha pessoal, pois envolve capitais culturais e distinções simbólicas.

43. O trabalho doméstico, atravessado por marcadores sociais de gênero e raça, evidencia como a produção e a reprodução social se articulam. Em 2022, havia 5,8 milhões de pessoas empregadas nesse setor, sendo 91,4% mulheres, e destas, 64% se reconhecem como negras (DIEESE, 2023; IBGE, 2022/2023). Durante a pandemia, o contingente caiu de 6,4 milhões (2019) para 4,9 milhões (2020), enquanto persistem desigualdades no tempo dedicado ao cuidado não remunerado. Considerando-se esses dados, é correto afirmar que a divisão sexual do trabalho
- A) estrutura desigualdades interseccionais tanto no mercado quanto no ambiente doméstico, afetando de modo mais intenso as mulheres.
 - B) estrutura desigualdades interseccionais no espaço privado da família, sem repercussões significativas no campo ocupacional ou nas relações de trabalho.
 - C) trata de diferenças biológicas entre homens e mulheres, sem considerar fatores sociais, culturais ou históricos.
 - D) foi completamente neutralizada por choques recentes, como a pandemia, não apresentando mais desigualdades relevantes.
 - E) ocorre de forma independente de raça ou classe social, não se articulando com outros eixos de desigualdade.
44. A pesquisa do Instituto Marielle Franco, intitulada “Regime de Ameaça: Violência Política de Gênero e Raça no Âmbito Digital”, revela que a violência política digital não é pontual, mas sistêmica e coordenada. Entre os casos mapeados, 71% das ameaças envolveram morte ou estupro, e 63% das ameaças de morte faziam referência direta ao assassinato de Marielle Franco, revelando um padrão simbólico e violento que transforma esse feminicídio político em advertência às mulheres negras que ousam disputar o poder. Diante dessa realidade, foi homologada lei que tipifica o crime de violência política de gênero, que busca contribuir para mudar o seguinte quadro brasileiro:
- A) 55% da população brasileira se reconhece como negra, sendo a bancada feminina a maioria no Congresso Nacional.
 - B) 52% da população brasileira se reconhece como do gênero feminino, mas a bancada feminina no Congresso Nacional é menor que 18% do total.
 - C) 55% da população brasileira se reconhece como do gênero masculino, mas a bancada feminina no Congresso Nacional é menor que 18% do total.
 - D) 31% da população brasileira está na faixa de renda C, e a bancada negra no Congresso Nacional é maioria.
 - E) 52% da população brasileira se reconhece como do gênero feminino, sendo a bancada feminina também maioria no Congresso Nacional.
45. A popularização de k-dramas, k-pop, manhwa (quadrinhos coreanos), jogos online e filmes sul-coreanos tem ajudado a divulgar a cultura da Coreia do Sul no mundo. Esse aumento resulta do forte investimento e incentivo da Coreia do Sul no setor, chamado de Hallyu ou “onda coreana”. Esse fenômeno está relacionado a debates sobre a produção massificada de bens culturais, transformando a cultura em mercadoria com forte componente de alienação, definido sociologicamente como
- A) indústria erudita.
 - B) indústria cultural.
 - C) indústria fordista.
 - D) capitalismo de plataforma.
 - E) capitalismo analógico.

46. Os movimentos sociais expressam formas organizadas de ação coletiva que podem assumir diferentes estratégias e modos de atuação no espaço público. Considerando suas características e impactos, é correto afirmar que os movimentos sociais
- A) atuam, prioritariamente, em causas de caráter individual, sem relevância para a coletividade.
 - B) possuem importância restrita ao passado histórico, sem efeitos significativos nas sociedades contemporâneas.
 - C) transformam estruturas sociais e instituem novos espaços de participação democrática.
 - D) constituem grupos homogêneos, sem divergências internas ou disputas de estratégias e sentidos de luta nas sociedades contemporâneas.
 - E) exercem pouca influência sobre políticas públicas, sendo alheios às transformações institucionais.
47. O eixo fundamental da sociologia política weberiana é a análise dos tipos puros de dominação descritos em “Economia e Sociedade”. A transição do tipo carismático para o tipo tradicional ou legal representa o cerne da racionalização do poder político, segundo Weber. Marque a opção que relaciona, corretamente, forma(s) de dominação à sua respectiva caracterização.
- A) carismática, reconhecida como grande força revolucionária, mas que sofre com o problema da rotinização do carisma.
 - B) tradicional, apoiada na legitimação pelo princípio da lealdade, com a separação entre esfera pública e privada
 - C) legal, sustentada pelo princípio da legalidade, e definida por uma estrutura hierárquica de privilégios e pessoas.
 - D) carismática, legitimada pela figura de um líder, em que seus discípulos questionam criticamente sobre suas decisões.
 - E) legal e burocrática, baseada em lei ou normas jurídicas, atreladas ao Estado e baseada na honra e lealdade

48. Leia o trecho a seguir.

“Sua existência se materializa a partir de duas tendências: A primeira é a emergência de uma nova partilha territorial do globo terrestre entre os grandes monopólios da indústria da informação: as chamadas Big Techs, majoritariamente concentradas no Vale do Silício, mas não apenas.

[...]

A segunda tendência, também nomeada como colonialismo de dados, é aquela que subsume cada vez mais a vida humana, o ócio, a criatividade, a cognição e os processos produtivos às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas (...). Não se trata, aqui, de uma simples alteração dos ritmos de vida ou mesmo da percepção humana pela introdução de novas tecnologias, como poderia se presumir, mas, sim, da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais.”

Lippold, W., & Faustino, D. (2022). *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 14(2), p. 58.

É correto afirmar que o trecho faz inferência ao conceito de

- A) colonialismo digital.
- B) colonialismo analógico.
- C) colonialidade do poder.
- D) contracolonial.
- E) colonialidade visual.

49. “Juventude” é uma categoria histórica e cultural, atravessada por classe, gênero, raça e território. Políticas, culturas juvenis e transições à vida adulta variam conforme contextos sociais e institucionais. Disso decorre reconhecer que a juventude é

- A) um grupo uniforme, em que os jovens compartilham os mesmos interesses e trajetórias.
- B) uma condição universal e invariável ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos.
- C) heterogênea e envolve múltiplas experiências sociais marcadas por diferenças e desigualdades.
- D) resultado apenas da idade biológica, pouco influenciada por dimensões sociais, culturais ou econômicas.
- E) dissociada de uma construção coletiva, sendo tratada como experiência única e indiferenciada para todos.

50. No que se refere ao ensino de Sociologia, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN), de 2006, ainda é considerado um importante documento orientador para a construção do processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina, no ambiente escolar. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio, instituída no ano de 2018, se furtou de trazer indicações específicas para a Sociologia, não contribuindo para uma atualização dessa disciplina.

Nesse contexto, a partir das OCEN/2006, os dois papéis centrais que ainda orientam o ensino de Sociologia em relação à compreensão dos fenômenos sociais são

- A) conteúdos e estranhamento.
- B) desnaturalização e estranhamento.
- C) desnaturalização e imaginação sociológica.
- D) conteúdos e teorias.
- E) conceitos e teorias.